

“Discrimen veri ac falsi”: ainda e sempre o caminho da Diplomática

“Discrimen veri ac falsi”:
now and always the Diplomatic’s path

Maria Cristina Cunha 

Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal
E-mail: mcunha@letras.up.pt

Resumo

Na presente comunicação procura-se refletir sobre os caminhos que se fizeram e os que se colocam à Diplomática no primeiro quartel do século XXI. Permanecendo o objetivo desta ciência o mesmo que tinha aquando da publicação, por Mabillon, do *De Re Diplomatica* – verificar a autenticidade das fontes documentais – constata-se que desde há bastante tempo se vem aceitando a abertura a novas épocas e a novas geografias para análise dos documentos. No que respeita aos métodos que os diplomatas usam para distinguir os *veri* e os *falsi*, o aporte das tecnologias digitais torna pertinente a reflexão e discussão sobre o que é, afinal, o trabalho do diplomata e o que o distingue do realizado por especialistas de outras áreas históricas.

Palavras-chave

Diplomática, método da Diplomática, história da Diplomática.

Abstract

The present paper seeks to reflect on the paths that have been taken and those that are being faced by Diplomatics in the first quarter of the 21st century. The aim of this science remains the same as when Mabillon published the *De Re Diplomatica* – to verify the authenticity

Editores-chefes

Marcus Dores
Célia Lopes

Editores convidados

Ana Pereira Ferreira
Leonor Dias Garcia
Ofélia Sequeira

Dossiê

Paleografia e
Diplomática na senda
das Humanidades
Digitais: caminhos
e propostas

Como citar:

CUNHA, Cristina.
“Discrimen veri ac
falsi”: ainda e sempre o
caminho da Diplomática.
Revista LaborHistórico, v.10,
n.1, e63279, 2024. doi:
[https://doi.org/10.24206/
lh.v10i1.63279](https://doi.org/10.24206/lh.v10i1.63279)

of documental sources – and it has been accepted for some time now that it is open to new periods and new geographies for the analysis of documents. Regarding the methods used by diplomatists to distinguish the veri and falsi, the contribution of digital technologies makes it pertinent to reflect upon and discuss what is, after all, the diplomatist’s work and what distinguishes it from that carried out by specialists in other historical fields.

Keywords

Diplomatics, diplomatists’ method, diplomatists’ history.

*Aos meus Mestres,
Prof. José Marques e Prof. Rudolf Hiestand*

Introdução

O que há de comum entre as preocupações de um diplomata no século XXI, e as de D. Jean Mabillon, monge da abadia de Saint-Germain-des-Prés, fundador (com a publicação dos seis volumes do *De Re Diplomatica* em 1681) da ciência diplomática?

Começámos por parafrasear uma expressão que serviu de mote a um Colóquio nos anos 90 e conseqüente publicação das suas atas em dois números especiais de duas revistas (uma francesa e outra americana)¹. Tal como nessa altura, a resposta a esta questão pode resumir-se numa expressão bem simples: garantir a autenticidade das fontes documentais. Quase 350 anos depois continua a pretender-se garantir que estas sejam seguras e acessíveis, independentemente de terem sido produzidas na Idade Média, ou não. Pois se o historiador precisa delas para cumprir corretamente o seu trabalho, é ao diplomata que compete a sua seleção e análise. O que terá então mudado para justificar que a questão se tenha colocado nessa ocasião?

Efetivamente, o objetivo do primeiro diplomata, no séc. XVII, foi distinguir os documentos verdadeiros dos falsos (*discrimen veri ac falsi*), que abundavam nos cartórios medievais dos mosteiros. Para isso, Mabillon utilizou um método, no fundo bastante simples. O monge beneditino começou por reunir os atos de uma mesma instituição, comparáveis entre si porque emanados da mesma entidade,

¹ Referimo-nos ao Colóquio *De la Diplomatique Médiévale à la Diplomatique Contemporaine* cujas atas foram publicadas em 1996 em *La Gazette des Archives*, Nouvelle Série, n. 172, 1^{er} trimestre, p. 9-102. Disponível em http://www.persee.fr/issue/gazar_0016-5522_1996_num_172_1 ; *American Archivist*, v. 59 (Fall), p. 412-494.

comparando-os de seguida segundo três pontos de vista: a sua forma material (tanto as características externas – suporte, escrita, língua, estilo, etc., como as características internas – a sucessão de fórmulas), a sua génese e a forma como foram transmitidos ao longo do tempo.

As características assim reunidas permitiram a Mabillon desenvolver, a propósito dos documentos (régios) medievais, uma crítica científica e reconstituir formulários dos diferentes tipos de atos, em função dos seus autores, e descartar (porque duvidosos) aqueles que, por comparação, não seguiam as regras das instituições que os tinham expedido². Tratava-se, pois, de um processo analítico, que isolava cada uma das características do documento para o escrutinar de acordo com referências estabelecidas³.

Ao longo do século XVIII, esta técnica, baseada, como se constata, nas características físicas e “intelectuais” dos documentos, mantinha-se e continuava a aplicar-se à documentação medieval que, recorde-se, ainda conservava nessa altura intacto o seu valor jurídico, e que, por essa mesma razão, tinha grande importância na verificação da autenticidade da documentação conservada em arquivos (laicos e eclesiásticos) relacionados com a posse de patrimónios de extensão variável. Este processo, que Guyotjeannin identificou como sendo uma Diplomática prática (origem do que mais tarde se viria a chamar Arquivística), tinha como objeto de estudo todo o tipo de documentos – confirmações e privilégios, mandatos e contas – embora nunca se tivesse tentado estudar a evolução destes documentos, como se fez para os atos jurídicos *stricto sensu*⁴. De facto, praticamente não há, na centúria de 700, qualquer novidade doutrinal ou teórica: os autores diplomatas procuraram sobretudo aplicar os princípios de Mabillon a novas séries de documentos. Merecem, contudo, destaque René-Prosper Tassin e Charles-François Toustain que publicaram o *Nouveau Traité de Diplomatie* (1750-1765)⁵, em seis volumes, no qual, além de procurarem completar o *De Re Diplomatica*, lançaram as bases da Diplomática concelha, esboçaram um tratado de Codicologia e desenvolveram as regras de distinção das características documentais (internas e externas).

² DELMAS, Bruno; BLOUIN, Francis (1996). Présentation. *La Gazette des Archives*. Nouvelle Série, nº 12, 1er. Trimestre 1996, p. 9.

³ GUYOTJEANNIN, Olivier (1996). La Diplomatie Médiévale et l'Élargissement de son champ. *La Gazette des Archives*. Nova série, nº 12 (1er. Trimestre), p. 13. Também, do mesmo Autor, The expansion of Diplomatics as a Discipline. *American Archivist*, vol. 59 (Fall), p. 416. Trata-se do mesmo artigo, o primeiro publicado em língua francesa e o segundo em inglês.

⁴ GUYOTJEANNIN, Olivier (1996). La Diplomatie Médiévale et l'Élargissement de son champ. *La Gazette des Archives*. Nova série, nº 12 (1er. Trimestre 1996), p. 13. Também, do mesmo Autor, The expansion of Diplomatics as a Discipline. *American Archivist*, vol. 59 (Fall 1996), p. 416.

⁵ *Nouveau traité de diplomatie, où l'on examine les fondements de cet art, on établit des règles sur le discernement des titres et l'on expose historiquement les caractères des bulles pontificales et des diplômes donnés en chaque siècle, par deux religieux bénédictins de la Congrégation de Saint-Maur*, 6 vol., 1750-1765. Os últimos volumes foram publicados por Tassin, já depois da morte de Toustain.

As consequências da Revolução Francesa foram determinantes no desenvolvimento da Diplomática no século XIX. Antes de mais, porque a extinção das Ordens Religiosas e o desaparecimento de numerosos mosteiros por toda a Europa fizeram com que a documentação neles depositada fosse recolhida em instituições criadas pelas diferentes Estados para tal fim (ex: os *Archives Départementales*, em França) ou que já existiam (ex: a Torre do Tombo, em Portugal). A incorporação dos documentos nestes arquivos tornou necessária a sistematização e catalogação das diferentes espécies, tarefas que foram sendo cumpridas por funcionários formados em escolas especiais: foi neste contexto que surgiu em 1821 a *École des Chartes*, em Paris, e o *Institut für Österreichische Geschichtsforschung*, em Viena, em 1854⁶. Simultaneamente, foram criados diversos centros europeus de investigação e procedeu-se à publicação de documentos em grandes coleções. A mais conhecida será a *Monumenta Germaniae Historica*, até porque serviu de modelo a outras edições importantes na Europa. Portugal não constituiu exceção e assim vemos surgir os *Portugaliae Monumenta Historica*, que, como os seus congéneres europeus, reúnem a documentação mais antiga por secções (*Scriptores, Leges, Inquisitiones, Diplomata et Chartae, ...*), ainda hoje por completar⁷. De todo este movimento resulta a especialização da ciência Diplomática, dado o aperfeiçoamento dos métodos de crítica e de edição documental, com a consequente restrição do seu campo: consuma-se, então, o divórcio com a paleografia documental⁸.

A preparação das grandes coleções documentais trouxe consigo, como dizíamos, a necessidade de aperfeiçoar a crítica dos atos. Johann Friedrich Böhmer (1795-1863), diplomata alemão, terá sido um dos primeiros a chamar a atenção para a necessidade de conhecer toda a documentação produzida por uma determinada personagem, com vista ao apuramento da autenticidade dos atos que chegaram aos nossos dias⁹. Foi deste modo que nasceram os *Regesten*, que indicam ao investigador o elenco dos documentos de determinada personagem, o seu conteúdo, e as suas principais características diplomáticas. As questões metodológicas que se levantaram a propósito deste trabalho estiveram na origem de um grande desenvolvimento do

⁶ Em Portugal, já desde o início do século (1801) existia no Real Arquivo da Torre do Tombo a disciplina “Diplomática”, que foi ensinada entre outros, pelo doutor em Cânones João Pedro Ribeiro. Depois de 1887, com a criação do Curso de Instrução Superior de Bibliotecário-Arquivista, que virá, mais tarde, a ser incluído na Faculdade de Letras de Lisboa. Sobre o ensino da Diplomática, bem como o desenvolvimento desta ciência em Portugal, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz (2001). “A Diplomática em Portugal. Caminhos mais antigos e mais recentes”. In: Coelho, Maria Helena da Cruz [et al.]. (eds.). *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, p. 13-40.

⁷ Recentemente, o atual responsável pela edição dos PMH, o nosso Colega Doutor José Augusto Sottomaior-Pizarro, acrescentou-lhe duas novas séries: *Chartularia* e *Epigraphica*, estando já publicados vários códices medievais.

⁸ GUYOTJEANNIN, Olivier (1996). La Diplomatie Médiévale et l’élargissement de son champ. *La Gazette des Archives*. Nova série, nº 12 (1er. Trimestre 1996), p. 13, e, do mesmo Autor, The expansion of Diplomatics as a Discipline. *American Archivist*, vol. 59 (Fall 1996).

⁹ Referimo-nos à coleção de documentos publicados por este Autor: BÖHMER, J. F. (1831). *Regesta chronologico-diplomatica regum atque imperatorum Romanorum inde a Conrado I usque ad Henricum VII (911-1313)*. Frankfurt-am-Main.

método diplomático, a que não são alheios nomes como os de Julius von Ficker¹⁰ (discípulo de Böhmer) e Theodor von Sickel¹¹. Ao primeiro ficamos a dever a distinção, tão subtil como determinante, entre a ação jurídica (*Handlung*, ou, em inglês, *verbal legal procedure*) e a produção documental (*Beurkundung* ou *formal documentation*); ao segundo, a análise diplomática a partir da distinção entre o *dictator* (que redigia o texto) e o *notator* (que escrevia o original previamente redigido), sem excluir o recurso à Paleografia e à Linguística. Este método diplomático, proposto por Sickel, foi rapidamente seguido por outros investigadores europeus (Léopold Deslile, Maurice Prou¹², ...), sendo durante muito tempo o mais utilizado para o estudo de grandes chancelarias, valendo por isso a Sickel o título de “pai da Diplomática moderna”.

Todas estas reflexões acerca de conceitos inerentes à ciência diplomática vão sendo compilados em grandes manuais publicados pela *École des Chartes*: falamos dos volumes de Arthur Giry¹³ em 1894 e de Alain de Boüard¹⁴, este já no início do século XX, ambos professores dessa Escola. O *Manuel de Diplomatie* do primeiro destes autores é o resultado de uma longa experiência em trabalho com documentos originais em arquivo que obrigavam a uma constante crítica textual e veio a constituir uma base sólida para o estudo da disciplina na *École*. Também Boüard tem preocupações didáticas, como mostra a organização do próprio volume. Logo na sua Introdução, este diplomata definia a ciência diplomática, explicava a sua importância e realçava o valor dos atos para o historiador. Estes dois professores franceses foram de perto acompanhados pelo italiano Cesare Paoli, que no seu *Programma scolastico di paleografia latina e di diplomatica*, de finais do século XIX, dedica uma parte significativa à ciência fundada por Mabillon¹⁵. Por seu lado, Harry Bresslau, na Alemanha, para além de escrever um importante tratado sobre a chancelaria pontifícia e imperial, dedica-se às condições de elaboração dos atos¹⁶.

¹⁰ FICKER, Julius (1877-78). *Beiträge zur Urkundenlehre*. 2 vols., Innsbruck.

¹¹ SICKEL, Theodor von (1867). *Acta regum der Imperatorum Karolinerum digesta et enarrata*. 2 vols. Viena: C. Gerold.

¹² De Maurice Prou, veja-se sobretudo *Leçon d’ouverture faite à l’École des Chartes le 25 janvier 1900*. *Revue internationale de l’enseignement*, 15 mars 1900, p. 1-27.

¹³ GIRY, Arthur (1894). *Manuel de diplomatie*. Paris: Librairie Hachette, 2 vols. Sobre a importância do Manual de Giry na época em que foi publicado, veja-se LANGLOIS, Charles-Victor (1894). *Manuel de Diplomatie*, par Arthur Giry. *Bibliothèque de l’École des Chartes*, tome 55. pp. 661-669. Disponível em www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1894_num_55_1_447795_t1_0661_0000_4. Nos nossos dias, este manual conserva o seu interesse nas partes consagradas ao objeto e história da disciplina, língua e partes do discurso diplomático e falsos. Pelo contrário, a parte dedicada à Diplomática especial já está ultrapassada (GUYOTJEANNIN, Olivier; PICKE, Jacques; TOCK, Benoit-Michel (1993). *Diplomatique Médiévale*. Turnout: Brepols, p. 26).

¹⁴ BOÜARD, Alain de (1929-1948). *Manuel de diplomatie française et pontificale*. Paris: Éditions Auguste Picard, II vols. Este autor tentou completar a obra de Giry, acrescentando-lhe aspetos relacionados com a Diplomática alemã e com a história do Direito. (GUYOTJEANNIN, Olivier; PICKE, Jacques; TOCK, Benoit-Michel – *Diplomatique Médiévale*. Turnout: Brepols, 1993, p. 26).

¹⁵ PAOLI, Cesare (1888-1890). *Programma scolastico di paleografia latina e di diplomatica* (3 vols). Florença: G.C. Sansoni. Em edição mais recente: PAOLI, Cesare (1987). *Diplomatica. Nuova edizione aggiornata da G.C. Bascapè*. Firenze: Casa Editrice Le Lettere.

¹⁶ BRESSLAU, Harry (1889, 1912-1931). *Handbuch der Urkundenlehre für Deutschland und Italien* (2 vols). Leipzig: Verlag von Veit.

Era, pois, este o panorama relativo à Diplomática no dealbar do século XX. É nessa altura (1908) que surge o 1º número de um dos poucos periódicos especializados em Diplomática, o *Archiv für Urkundenforschung*, mais tarde *Archiv für Diplomatik*¹⁷, fundado, entre outros, pelo próprio Bresslau, e que continua a ser uma importante revista dedicada aos documentos, que ainda hoje se publica na Europa¹⁸. A intenção dos promotores era apontada desde logo: libertar o estudo da Diplomática da exclusividade da época medieval, alargando a ciência dos diplomas aos documentos produzidos desde a época romana até à modernidade¹⁹.

Do ponto de vista teórico, seguem-se, nesta altura, as ideias que vêm do século anterior, permitindo que a Diplomática atingisse a maturidade. A esta ciência competia, sem qualquer dúvida, e antes de mais, a análise da forma dos atos, através da análise das características internas e externas, realçando a sua própria produção; em segundo lugar, competia-lhe igualmente estudar a tradição, de modo a identificar a cadeia alargada que une o original à cópia que dele nos chegou, incluindo nesse processo as notas e os rascunhos, bem como os registos posteriores, o que, de algum modo, implica o estudo da génese documental, já que se procura conhecer os mecanismos da tomada de decisão e da redução desta a escrito. Outro dos objetivos da Diplomática centrava-se no estudo dos sistemas de datação (e a sua conversão para o sistema contemporâneo) e validação. Finalmente, competia aos diplomatas a verificação da autenticidade (ou da falta dela) nos atos, característica que decorria dos pontos anteriormente referidos²⁰. Sintetizando, e aproveitando as palavras de Guyotjeannin, “É verdadeiramente nesta época que o campo da Diplomática se estrutura em partes distintas, que constituem quer etapas do estudo, quer do tratamento do documento (...) independentemente dos ramos especializados por tal tipo de atos ou de autores (Diplomática régia, pontifícia, do acto privado, etc.)”²¹.

Quando se chega a meados do século XX, a Diplomática continuava dinâmica, embora acusasse algum cansaço na metodologia utilizada, o que levou alguns a considerar que esta ciência estava em crise. Alessandro Pratesi afirmou, mais tarde, que “Giorgio Cencetti sentiu esta crise, (...) de forma inata, diria subconsciente, mas

¹⁷ Sobre as razões possíveis da alteração do nome deste periódico após a Segunda Guerra Mundial, veja-se GHIGNOLI, Antonella (1991). La definizione dei principi e le metodologie diplomatistiche: innovazioni ed eredità. *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università di Siena*, XII, pp. 39-53. Disponível em <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/ghignoli.html> [consult. 2 Maio 2021].

¹⁸ De facto, o nome completo desta revista é *Archiv für Diplomatik, Schriftgeschichte, Siegel- und Wappenkunde*. Sobre esta revista, que se publica ininterruptamente desde 1955, veja-se, entre outros https://www.hgw.geschichte.uni-muenchen.de/forschung/forsch_projekte/afd/index.html.

¹⁹ SANZ FUENTES, M. Josefa (2005). “Diplomática actual: cuestiones de método”. In: MARSILLA DE PASCUAL, Francisco Reyes (coord.), *Actas de las III Jornadas de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas – Diplomática antigua, Diplomática moderna*, Murcia, Universidad de Murcia, p. 36.

²⁰ Neste caso, intimamente relacionada com a sigilografia, já que atenta na difusão, utilização e credibilidade dos selos.

²¹ Tradução nossa de GUYOTJEANNIN, Olivier. La Diplomatique Médiévale et l'Élargissement de son champ. *La Gazette des Archives*. Nova série, nº 12 (1er. Trimestre 1996), p. 14.

nunca procurou investigar sistematicamente suas causas ou os seus sintomas (...)”²². Para Pratesi, as origens dessa “crise” radicavam nas consequências de 2ª Guerra Mundial: por um lado, a falta de contactos entre os diplomatas italianos, franceses, alemães, austríacos e da Grã-Bretanha (eles próprios a trabalhar num ritmo mais lento), o que os impossibilitava de saber o que se ia produzindo fora das fronteiras nacionais de cada um. Por outro lado, deu-se um contacto, quase repentino, com os estudos que se realizavam nos países do Leste europeu. Mas, e de acordo com o mesmo Autor, o facto de se abordarem novas questões e novos métodos, sem contudo se alargar a cronologia e o espaço tradicionais da Diplomática, é que transmitiu a impressão de que estava em desenvolvimento uma crise desta ciência²³.

Nos inícios dos anos 60, a *École des Chartes* promovia uma série de conferências, exatamente com o fim de debater a situação em que a ciência diplomática se encontrava. Foi precisamente numa destas conferências (10 novembro 1960, mas publicada em 1961) que o austríaco Heinrich Fichtenau afirmou estar convicto de que os estudos diplomáticos tinham atingido o limite do que poderiam fazer com o método até então utilizado, chamando a atenção para, na sequência das lições de Sickel e de Ficker, existir o perigo de se cair num excessivo tecnicismo e numa especialização tal que, atendendo aos pormenores mais ínfimos, se perdia a noção de conjunto²⁴. Fichtenau apontava, então, um caminho para sair desse “marasmo” em que a Diplomática parecia ter caído: enfrentar o documento com a mentalidade do homem medieval que lhe deu vida, e examinar o próprio documento em toda a sua forma e conteúdo, imergindo-o no clima religioso, moral, político, social em que se deu a sua génese e atentando não só nas suas implicações jurídicas, mas também culturais. Como Pratesi viria a comentar, esta proposta escondia “o perigo de que o documento fosse abordado com fins que não diplomáticos e, conseqüentemente, o método com o qual era estudado fosse puramente histórico, ou sociológico, ou jurídico, ou linguístico, ou filológico, etc.”²⁵. No entanto, deve ser salientado o facto de a proposta de Fichtenau procurar a compreensão dos documentos, reconhecendo o seu entorno imediato, mas também os diferentes contextos que interagiram num

²² PRATESI, Alessandro (1973). “Diplomatica in crisi?”. In *Miscellanea in memoria di Giorgio Cencetti*, Torino. p. 443-455 (publicado posteriormente in PRATESI, Alessandro (1992). *Tra carte e notai. Saggi di diplomatica dal 1951 al 1991*, Roma (Miscellanea della Società Romana di Storia Patria), XXXV, p. 83-95). Disponível em <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/pratesi.html>

²³ PRATESI, Alessandro (1973). “Diplomatica in crisi?”. In *Miscellanea in memoria di Giorgio Cencetti*, Torino. p. 443-455 (publicado posteriormente in PRATESI, Alessandro (1992). *Tra carte e notai. Saggi di diplomatica dal 1951 al 1991*, Roma (Miscellanea della Società Romana di Storia Patria), XXXV, p. 83-95). Disponível em <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/pratesi.html>

²⁴ FICHTENAU, H. (1961). La situation actuelle des études de diplomatique en Autriche. *Bibliothèque de l'École des Chartes*. Paris. Tome 119, p. 17-20.

²⁵ PRATESI, Alessandro (1973). Diplomatica in crisi? In: *Miscellanea in memoria di Giorgio Cencetti*, Torino. p. 443-455 (publicado posteriormente in PRATESI, Alessandro (1992). *Tra carte e notai. Saggi di diplomatica dal 1951 al 1991*, Roma (Miscellanea della Società Romana di Storia Patria), XXXV, p. 83-95). Disponível em <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/pratesi.html>

determinado período histórico. O diplomata austríaco abria, assim, as portas para aquilo que viria a ser considerado como ‘história da documentação’²⁶, dando o primeiro passo de um trilho que a partir daí seria seguido por outros autores de renome, nomeadamente italianos, como Armando Petrucci²⁷.

Também em 1961, na abertura do Curso de Diplomática da mesma *École des Chartes*, Robert-Henri Bautier levantava a questão, propondo também ele alargar o objeto da Diplomática a toda a documentação escrita, e independentemente da sua natureza jurídica²⁸. Mas enquanto que Fichtenau apenas considerava os documentos medievais, Bautier propunha que qualquer documento pudesse ser analisado, desde as tabuinhas da Antiguidade até aos arquivos das burocracias contemporâneas. Dois anos depois (1963), Petrucci questionava a posição, no mínimo “arrojada”, de Bautier, duvidando da possibilidade da Diplomática se dedicar a qualquer documento²⁹. Tal como Fichtenau, Petrucci considerava que a Diplomática só avançaria se cada documento fosse enquadrado no contexto histórico que o vira nascer. Dá-se, deste modo, continuidade a uma nova forma de olhar os documentos, apontando inicialmente para uma ‘história do documento’, individualmente considerado numa primeira fase, e, depois, para uma história da documentação ou, como também se chamou, uma “Diplomática social”. Assim, a solução de Petrucci para a crise da Diplomática *vecchia* corresponde à continuidade das ideias de Fichtenau. Também como este, o diplomata italiano defendia que esta ciência se devia dedicar à Idade Média, dado o significado peculiar que o documento adquire neste período recheado de símbolos e liturgias, aspeto que desaparece nos tempos modernos.

Dez anos depois, Alessandro Pratesi volta a rever a situação, aparentemente aproximando-se dos princípios mais clássicos da Diplomática herdados de Sickel, Ficker, Bresslau, e, sobretudo, de Cesare Paoli. No seu artigo *Diplomatica in crisi?*, publicado em 1973³⁰, na homenagem ao Professor G. Cencetti, põe em causa a existência de qualquer crise na Diplomática. Analisando as posições de Fichtenau e de Bautier, a que nos referimos, este diplomata italiano considerava que nenhum dos dois falara de crise nem da necessidade de mudança de rumo, mas antes do desenvolvimento da Diplomática. Aliás, Pratesi defendia que o discurso de Bautier

²⁶ A ela se refere, sobretudo no capítulo 1, NICOLAJ, Giovanna (2007). *Lezioni di Diplomatica Generale. I – Istituzioni*. Roma: Bulzoni Editore.

²⁷ PETRUCCI, Armando (1963). *Diplomatica vecchia e nuova*. *Studi Medievali*, serie terza, IV, fasc.II, p. 785-798. Disponível em <http://scrineum.unipv.it/biblioteca/petrucci.html>.

²⁸ BAUTIER, Robert Henri (1961). *Leçon d’ouverture du cours de diplomatique à l’École des chartes* (20 octobre 1961). *Bibliothèque de l’École des Chartes*. Paris. tome 119. p. 194-225.

²⁹ PETRUCCI, Armando (1963). *Diplomatica vecchia e nuova*. *Studi Medievali*, serie terza, IV, fasc.II, p. 785-798. Disponível em: <http://scrineum.unipv.it/biblioteca/petrucci.html>.

³⁰ PRATESI, Alessandro (1973). *Diplomatica in crisi? In: Miscellanea in memoria di Giorgio Cencetti*, Torino. p. 443-455 (publicado posteriormente in PRATESI, Alessandro (1992). *Tra carte e notai. Saggi di diplomatica dal 1951 al 1991*, Roma (Miscellanea della Società Romana di Storia Patria), XXXV, p. 83-95). Disponível em <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/pratesi.html>.

tinha sido a primeira ocasião em que se afirmara claramente a ampliação do objeto da Diplomática (relativamente ao conceito tradicional). De facto, tratava-se da afirmação teórica de uma noção de alargamento que já existia, uma vez que, na prática, os diplomatas já se dedicavam ao estudo de um leque muito mais abrangente de atos do que o tradicionalmente proposto (testemunhos escritos de factos jurídicos, elaborados segundo determinadas normas, que se destinavam a dar-lhes fé e fazer prova em juízo), analisando não só diplomas e privilégios e atos notariais, mas também documentos preparatórios, recibos, declarações, inventários, etc. Pratesi, nesse mesmo estudo, criticou igualmente a tendência proposta por J. Šebánek, que incluiu no grupo de diplomatas de inspiração marxista, que queria analisar cada documento com o intuito de distinguir a sua verdadeira função social³¹. Este professor da Universidade de Brno, na República Checa, entre 1959 e 1965, denunciara aliás várias vezes a incapacidade da tradicional abordagem metodológica para resolver certos problemas da Diplomática, nomeadamente os que estavam ligados à *territoriale Diplomatie*. Finalmente, Pratesi, no referido artigo, diz ainda que a Diplomática não se poderia afastar do seu objeto de estudo, isto é, dos documentos históricos (apesar de os abordar com questões de tipo sociológico, filológico ou mesmo histórico) e que os princípios básicos da disciplina se mantinham os de sempre: analisar de forma completa o documento e fazer a exegese, histórica e jurídica, das suas formas, não para as interpretar do ponto de vista do Direito ou da Sociologia, mas com a finalidade de poderem servir de testemunhos que seriam depois interpretados. Mas Pratesi foi mais além destas premissas, dizendo que a Diplomática se devia estender aos documentos da época moderna, e aos documentos comprobatórios e atos administrativos (*Urkunden*), que admitia serem em muito maior número que os documentos dispositivos de natureza jurídica (*Aktenkunden*)³².

Assim sendo, o método diplomático, inicialmente criado para análise de atos soberanos da Alta Idade Media, podia-se aplicar não apenas ao conjunto dos chamados *Akten*, mas também à restante documentação conservada em Arquivo ou *Urkunden*³³. Documentos de administração dominial e registos judiciais, censos,

³¹ Pratesi refere-se concretamente aos seguintes trabalhos deste diplomata checo: ŠEBÁNEK, J. (1959). *Das Verhältnis zur Urkunde als methodischer Faktor der diplomatischen Arbeit*, in *Sbornik filosofické fakulty brněnské university*, p. 1 sgg.; *Praefatio al Codex diplomaticus et epistolaris regni Bohemiae ... IV*, I... Jindřich Šebánek et Sáša Dusková (eds), Prague 1962, p. 7-47; J. ŠEBÁNEK, J. (1964). *Le nouveau “Codex diplomaticus et epistolaris regni Bohemiae”*, in *Le Moyen âge*, 2, p. 285-301; ŠEBÁNEK, J. (1965). *Möglichkeiten der Weiterentwicklung der Diplomatie im Rahmen der historischen Mediävistik*, in Comité international des sciences historiques, *XIIe Congrès international des sciences historiques, Vienne, 29 aout – 5 septembre 1965. Rapports*, IV: *Méthodologie et histoire contemporaine*, Horn-Wien, s. a., p. 147-153.

³² PRATESI, Alessandro (1973). *Diplomatica in crisi?* In: *Miscellanea in memoria di Giorgio Cencetti*, Torino. p. 443-455 (publicado posteriormente in PRATESI, Alessandro (1992) - *Tra carte e notai. Saggi di diplomatica dal 1951 al 1991*, Roma (Miscellanea della Società Romana di Storia Patria), XXXV, p. 83-95). Disponível em <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/pratesi.html>

³³ GUYOTJEANNIN, Olivier. *La Diplomatie Médiévale et l'Élargissement de son champ*. *La Gazette des Archives*. Nova série, nº 12 (1er. Trimestre 1996), p. 16 diz que esta é uma extensão da Diplomática, a que chamou “quantitativa”, e que está relacionada com o desenvolvimento da história económica e social.

contas, etc. podem, nesta perspetiva, ser analisados pelo diplomata da mesma forma que uma *pancarta* episcopal. Abre-se, assim, um imenso campo de investigação aos interessados em documentos (previamente examinados pelos especialistas em Diplomática) que permitem conhecer o desenvolvimento do poder e da administração, a par do progresso do texto escrito: neste contexto, a Diplomática, por seu lado, pode e deve discorrer sobre o aparecimento e desenvolvimento de novos tipos documentais (que correspondem, por exemplo, a novos meios de facilitar o exercício do poder) bem como sobre as adaptações de determinada região ou ambiente a uma nova realidade, acompanhando a história económica e social. Neste sentido, a Diplomática aproxima-se da Arquivística, na medida que é no âmbito desta que se procede à identificação, organização, processamento, utilização e circulação de todo e qualquer material depositado em Arquivo.

Esta ligação à Arquivística desenvolveu-se essencialmente no mundo anglo-saxónico, onde a “questão da crise” não se tinha colocado do mesmo modo. Em 1976 (isto é, 3 anos após o *Diplomatica in crisi?* de Pratesi) o P^c. Leonard Boyle, especialista em documentação medieval, definia a Diplomática como a ciência que tratava da investigação científica de qualquer fonte documental, ou seja, estendia o objeto da ciência a qualquer documento (correndo o risco de assim incluir também os narrativos). Boyle também transformou *Diplomatica* em *res diplomatica*, entendida esta como a arte de produzir documentos escritos em qualquer tempo e de qualquer espécie. Ampliava assim o campo da Diplomática devido à influência sentida, no mundo anglo-saxónico, pela documentação contemporânea³⁴.

O continente europeu não estava, contudo, alheado desta perspetiva: em Itália, em 1987, Paola Carucci, arquivista, publicava *Il documento contemporaneo*, uma análise diplomática da documentação ativa em fase de produção³⁵. Esta obra consagra, em Itália, o desenvolvimento do que até então fora uma proposta francesa (referimo-nos, claro, à de Bautier³⁶) mas que realmente não tinha sido desenvolvido por ninguém de forma consistente. De facto, a proposta de Bautier (recorde-se, qualquer documento em qualquer época) só tinha tido seguidores no mundo anglo-saxónico e fora desenvolvida mais por arquivistas do que por diplomatas... Com a abordagem de Carucci, abriu-se uma nova linha de trabalho que cresceu enormemente

³⁴ BOYLE, Leonard (1976). *Diplomatics*. In: Powell, James M.(ed.). *Medieval Studies. An Introduction*. Syracuse University Press, p. 69-101.

³⁵ CARUCCI, Paola (1987). *Il documento contemporaneo. Diplomatica e criteri di edizione*. Roma: Nova Italia Scientifica.

³⁶ Bautier que continuava, no Congresso da CID, realizado em Munique em 1983, a defender que o diplomata se devia dedicar a todo um “manancial” de documentos saídos do funcionamento das administrações, dos serviços financeiros, das jurisdições, dos municípios, etc., não deixando, contudo de afirmar que se devem utilizar métodos diferentes de acordo com os diversos períodos da História, a quantidade de fontes de que o diplomata dispõe, a natureza e tipologia dos documentos e das instituições. (BAUTIER, Robert-Henri (1984). “Propositions méthodologiques pour la Diplomatique du Bas Moyen Age et des débuts des temps modernes”. In: Silagi, Gabriel (hgg.). *Landesherrliche Kanzleien im Spätmittelalter. Referate zum VI. Internationalen Kongreß für Diplomatik, München, 1983*. Munich, 1984, p. 49-59. Republicado em Bautier, Robert-Henri. *Chartes, Sceaux et Chancelleries. Études de Diplomatique et de Sigillographie Médiévales*. Vol. I. Paris: École des Chartes, 1990, p. 35-45).

durante a última década do século XX, sobretudo entre os Arquivistas. De facto, foi uma discípula de Carucci, Luciana Duranti, quem começou a construir uma teoria estruturada sobre Diplomática contemporânea, quando publicou, entre 1989 e 1992, uma série de 6 artigos no jornal americano *Archivaria*, todos intitulados *Diplomatics: new uses for an old science*³⁷.

De acordo com Duranti, a Diplomática tem uma capacidade preditiva. Esta ideia baseia-se na presunção de que se alguém é capaz de reconhecer a autenticidade em documentos de épocas passadas, então deve saber reconhecer a autenticidade nos documentos do presente, porque conhece as suas características e propriedades essenciais. Ou seja, segundo esta Autora, cabe aos diplomatas opinar sobre a autenticidade de documentos analógicos, mas principalmente eletrónicos, motivo pelo qual devem ter a capacidade de ajudar a produzir documentos autênticos que manterão essas propriedades intactas no longo prazo. Dito de outra forma, e continuando a seguir Duranti, à Diplomática deve competir também a capacidade de definir as características que os documentos devem ter para serem autênticos não só no momento da sua elaboração, mas também em períodos posteriores.

Na sequência das propostas de Luciana Duranti, em 2005, Caroline Williams tentou legitimar a evolução desta chamada “Diplomática contemporânea”³⁸. Defendendo que os arquivistas não podem compreender os documentos com que trabalham sem aplicarem, consciente ou inconscientemente, técnicas diplomáticas, afirmou que eles devem usar esses conhecimentos para desenvolverem esquemas de metadados que permitam destringir qual a informação necessária para proteger as características essenciais do documento (autenticidade, fiabilidade, integridade, identidade, acessibilidade e usabilidade), desde o primeiro momento da sua produção. Daí que, 4 anos mais tarde (2009), Duranti considerasse a Diplomática atual como o “desenvolvimento contemporâneo de uma disciplina milenar que continua a estudar a natureza, a génese, as características formais, a estrutura, a transmissão e as consequências jurídicas dos documentos” (Duranti, 2009)³⁹. A novidade reside exatamente nesta última expressão *consequências jurídicas dos documentos*, que se aplica exclusivamente à documentação digital e justifica o projecto *Digital Records Forensics*⁴⁰.

Entretanto, na Itália, o debate tinha continuado em aberto entre os diplomatas *tout-court*. Giovanna Nicolaj, nos finais dos anos 80, afirmava que “faltou à Diplomática, ao contrário das suas vizinhas próximas – a História e a Paleografia –, o contágio do historicismo, ou historicismos, e permaneceu de algum modo positivista”

³⁷ *Archivaria*, Vols. 28-33 (1989-1992). Em 1998 estes estudos foram publicados num único volume: DURANTI, Luciana (1998). *Diplomatics: New uses for an old Science*. Laham, Md.: Scarecrow Press.

³⁸ WILLIAMS, Caroline (2005). Diplomatic attitudes: from Mabillon to metadata. *Journal of the Society of Archivists*, vol. 26, nº 1, abril, p. 1-24.

³⁹ DURANTI, Luciana (2009). From Digital Diplomats to Digital Records Forensics. *Archivaria*, 68 (Fall), p. 39-66.

⁴⁰ http://www.digitalrecordsforensics.org/drf_objectives.cfm

(Nicolaj, 1996)⁴¹. Propõe, assim uma definição de Diplomática diferente das que se continuavam a utilizar que, contudo, não refletiam exatamente o alargamento conceptual da disciplina, uma vez que continuava a ser entendida como uma *scienza delle forme*, facto que se devia à inexistência de uma perspectiva própria. Discutindo se a Diplomática era apenas uma técnica ou uma ciência, Nicolaj aponta o caminho para uma “história da documentação”, de uma forma clara: o documento é apenas um “anel de uma longa história de civilização, tanto que não consigo pensar na Diplomática senão como a história da documentação do continente latino”⁴². De facto, esta diplomata concorda com Petrucci quando este diz que a expansão espacial ilimitada proposta por Bautier significaria a redução da Diplomática a uma disciplina formal e seria não-histórica⁴³; mas acrescenta ser necessário um alargamento da investigação pelo menos até à idade moderna, afirmando que, por exemplo, uma Diplomática pública dos estados do *Ancien Régime* pode ser muito tentadora por trazer alguma luz sobre instituições medievais.

No mundo francófono, a chamada *Nova Diplomática* dava, no início dos anos 90, os seus primeiros passos. Guyotjeannin identificou-a como tendo uma orientação “qualitativa”, e apontando-a como o desenvolvimento das posições de Fichtenau⁴⁴. Este Autor diz que esta tendência da Diplomática se baseia na afirmação de que cada ato é um espelho do poder e da sociedade, e que mesmo as fórmulas rotineiras nos dão também indicações importantes. Neste contexto, um documento falso, por exemplo, deve ser criticamente analisado e não encarado não como “descartável” num determinado conjunto documental. Qualquer alteração ao vocabulário ou a um formulário utilizado numa instituição pode ter um significado muito mais amplo do que à partida se pode supor. E uma investigação que tenha em conta estes aspetos acaba por se orientar para a história cultural, ou mesmo para a antropologia histórica (no seu estudo das relações entre o escrito e a oralidade), perspectivas a que estudos mais recentes têm associado os aportes da Linguística e da Semiótica. E se, à medida que o tempo avançou, o número de documentos aumentou, diminuiu, em contrapartida, o valor simbólico de que cada ato se revestia na Idade Média. Com uma sociedade cada vez mais dependente da escrita, como é o caso das épocas

⁴¹ NICOLAJ, Giovanna (1996). Sentieri di diplomatica. *Archivio Storico Italiano*, CXLIV, p. 305-331. Disponível em: <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/nicolaj.html>

⁴² NICOLAJ, Giovanna (1996). Sentieri di diplomatica. *Archivio Storico Italiano*, CXLIV, p. 305-331. Disponível em: <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/nicolaj.html>

⁴³ PETRUCCI, Armando (1963). Diplomatica vecchia e nuova. *Studi medievali*, 3ª ser., 4, 1963, p. 792 e 793.

⁴⁴ GUYOTJEANNIN, Olivier (1996). La Diplomatie Médiévale et l'Élargissement de son champ. *La Gazette des Archives*. Nova série, nº 12 (1er. Trimestre), p. 15-16. Este Autor constata nesta altura a existência de duas tendências relativamente aos estudos da Diplomática, uma quantitativa e outra qualitativa. Esta última surge como herdeira das ideias de Fichtenau, procurando conhecer os condicionalismos históricos em que os documentos são produzidos, o que a pode fazer incorrer em dois “perigos”: por um lado o seu aproveitamento por determinadas tendências historiográficas, como a Semiótica ou o materialismo histórico; por outro, a sua transformação em história da cultura escrita. A tendência quantitativa, segundo O. Guyotjeannin, é a que permite estudar a evolução, em períodos mais ou menos longos e em ambientes geográficos diversos, dos diferentes tipos documentais destinados ao mesmo fim.

moderna e contemporânea, a produção dos documentos diminuiu em qualidade, para aumentar em quantidade⁴⁵. O diplomata tem perfeita consciência do fenómeno, e não é por esse facto que a Diplomática, continuando a estudar o conjunto da produção documental de uma pessoa ou instituição, deixa de se interessar por documentos de tipologia mais rara (como sejam os régios ou pontifícios da Idade Média, quando comparados com o volume de documentos posteriores).

Assim sendo, em finais do século XX, continua a reafirmar-se o estudo de qualquer documento histórico, não se descurando a investigação sobre os efeitos sociais da produção documental, na Idade Média, mas também incluindo os sistemas jurídicos do antigo regime. Ou seja, não parece haver qualquer novidade na proposta daquela a que se veio a chamar *Nova Diplomática*, e que parece consubstanciar-se na publicação do manual *Diplomatique Médiévale*, de Guyotjeannin, Picke e Tock, em 1993⁴⁶. No entanto, este livro tem sido encarado como o ponto de partida para novos discursos, perante o avanço inexorável da Diplomática dos documentos contemporâneos. Em 1996, O. Guyotjeannin, falando da expansão da Diplomática como disciplina, dizia que, encarada de forma renovada, continuava a competir a esta ciência o exame das partes do texto e a intenção do documento, tal como defendia Mabillon⁴⁷. Essa renovação deve, no entender daquele diplomata, passar pela reformulação dos seus próprios questionários. Mas a abertura a novas perspectivas de análise implica incluir a análise dos fenómenos de imitação de fórmulas e de apropriação de modelos. Atinge-se assim a Diplomática comparada, que procura a raiz da forma documental, como acontece nos numerosos trabalhos que se debruçam sobre a influência de determinadas instituições sobre outras (*v.g.* atos pontifícios sobre a produção documental de algumas chancelarias europeias)⁴⁸. Procurou-se, a partir de então, encontrar pontes entre as diversas formas de encarar a Diplomática, sendo uma delas a uniformização da terminologia a utilizar nas diversas línguas. É assim que surge o *Vocabulaire Internationale de la Diplomatie* (1997)⁴⁹. Entretanto, surgem os primeiros trabalhos de divulgação de documentos, com a aplicação de novas tecnologias, com o aparecimento da Internet, com a primeira digitalização de documentos originais e com a utilização de linguagens de marcação, como XML,

⁴⁵ Guyotjeannin dá como exemplo a documentação pontifícia: “Clemente XI podia inundar a Cristandade com bulas, mas não se encontra, nem na escrita nem nas fórmulas, a riqueza de informação secundária que se pode encontrar na documentação pontifícia do século XI, onde a alteração das regras canónicas e o aparecimento de novos sinais refletem a energia da reforma [gregoriana]” (GUYOTJEANNIN, Olivier (1996). *La Diplomatie Médiévale et l'Élargissement de son champ*. *La Gazette des Archives*. Nova série, nº 12 (1er. Trimestre 1996), p. 16).

⁴⁶ GUYOTJEANNIN, Olivier; PICKE, Jacques; TOCK, Benoît-Michel (1993). *Diplomatique Médiévale*. Turnhout: Brepols.

⁴⁷ GUYOTJEANNIN, Olivier (1996). *La Diplomatie Médiévale et l'Élargissement de son champ*. *La Gazette des Archives*. Nova série, nº 12 (1er. Trimestre), p. 17.

⁴⁸ *Idem*, p. 16.

⁴⁹ *Vocabulaire Internationale de la Diplomatie*. CARCEL ORTI, M^a Milagros (ed.). Valencia. Conselleria de Cultura/ Universita de Valencia, 1994.

para padronizar edições de documentos eletronicamente. A renovação manifesta-se sobretudo no que respeita à edição de documentos, mas não parece indicar, de forma alguma, uma forma diferente de entender a Diplomática.

Chegados ao novo milénio, começam a proliferar na Europa projetos interessantes⁵⁰, que se podem enquadrar nesta *Nova Diplomática*, e que passam pelo uso da linguagem XML (considerada uma “língua franca” no mundo da informática) para desenvolver codificações ou descrições de tipo de documento adaptadas a diferentes casos, e pela disseminação eletrónica de documentos originais digitalizados⁵¹. Mas em 2007, Theo Kölzer, na abertura do Congresso *Digital Diplomatics. Historical Research with medieval charters in a Digital World*, celebrado em Munique, mostra-se cético relativamente à ideia da existência de uma *Nova Diplomática*, apesar de reconhecer que as ferramentas de edição de documentos tinham mudado. O então presidente da C.I.D. diz claramente que o objetivo da Diplomática continuava a ser o mesmo⁵², a informática apenas tinha aprimorado o antigo método de confrontação de documentos, ou seja, o chamado *Diktatvergleich* que Theodor von Sickel já havia referido no final do século XIX.

A proposta mais recente relativamente à *Nova Diplomática* foi trazida pelo diplomata e historiador alemão Georg Vogeler⁵³, e consiste em transformá-la em *Diplomática Digital*. O seu projeto visa a criação de uma adaptação da descrição XML padrão de textos literários medievais TEI, que trata de documentos medievais de natureza jurídica. Dessa forma, foi projetado o CEI (*Charters Encoding Initiative*)⁵⁴ em 2004, que continua a desenvolver-se até hoje. Vogeler procurou um padrão para a descrição telemática de atos diversos distinguindo-os de textos manuscritos de natureza litúrgica ou narrativa que não possuem uma natureza jurídica clara. Isto

⁵⁰ Passamos a referir alguns, poucos, exemplos: Codice diplomatico della Lombardia Medievale, dirigido por Michele Ansani, onde ele criou seu próprio DTD (Document Type Description) chamado XML-based CDLM para descrever de forma padronizada e em linguagem de computador os documentos originais do final do período medieval produzidos na região do norte da Itália. Outro projeto é *Corpus Medieval* do Archivo Historico de Bizkaia, dirigido pelo filólogo Asier Romero Andonegui, que em 2008 propôs usar a linguagem de marcação EAD (Encoded Archival Description) para a descrição arquivística e o TEI (Text Encoding Initiative) para a edição de manuscritos medievais, adaptando o CDLM de Michele Ansani. Finalmente, refira-se o projeto dos diplomatas gregos Sylvia Poulimenou, Marios Poulos e Spyros Asonitis, que em 2009 criaram um modelo de metadados voltado para a edição diplomática de documentos bizantinos.

⁵¹ Já em 2003 Michele Ansani refletia sobre as alterações que as novas tecnologias estavam a, ou iriam ainda produzir na prática diplomática: ANSANI, Michele (2003). *Diplomatica e nuove tecnologie. La tradizione disciplinare fra innovazione e nemesi digitale*. *Scrineum Rivista*, 1 (2003), p. 175-196. Disponível em <http://www.serena.unina.it/index.php/scrineum/article/view/7791/8589> [consult. Em 10 jan 2022].

⁵² Theo Kölzer define a Diplomática como “o ensino e o estudo das cartas” (KÖLZER, Theo (2010). “Diplomatics”. In Classen, Albrecht (ed.). *Handbook of Medieval Studies: Terms – methods – trends*. 1. Berlin: De Gruyter. p. 405). Este Autor considera os termos “carta”, “diploma” e “documento” sinónimos, e segue a definição do estudioso alemão Harry Bresslau de “documentos” como “declarações escritas registadas em conformidade com certas formas que alternam de acordo com a diferença da pessoa, lugar, hora e assunto, que se destinam a servir de testemunho de processos de natureza jurídica”.

⁵³ VOGELER, Georg (2014). *Digital Diplomatics: what could the computer change in the study of medieval documents? Initial. A Review of Medieval Studies*, nº 2, p. 163–185

⁵⁴ <https://www.cei.lmu.de/project/>

resolveu questões que outras formas de descrição documental, como a International Standard Archival Description ISAD (G)⁵⁵, voltadas para documentos de arquivo, não permitiam. O potencial das ideias propostas por Vogeler foi aproveitado pelo projecto *Monasterium* patrocinado pelo Centro ICARUS⁵⁶, equipado com um editor de texto telemático padrão denominado Edit-MOM, cuja missão é a publicação de documentos medievais originais e de origem centro-europeia, mas que neste momento se estende a outras regiões.

Conclusão

No início do nosso século, María Josefa Sanz recordava, de uma forma claríssima, que a Diplomática, ao fim de 350 anos de vida, continua a ser “moderna” e “útil” para os investigadores⁵⁷. Como todas as ciências, também a Diplomática evoluiu, mas curiosamente essa evolução deu-se mais no campo conceptual do que no método utilizado. Como bem aponta Guyotjeannin, desde os anos 50 ela segue “duas orientações diferentes que, no entanto, derivam do mesmo axioma (...): o documento não é somente um reservatório de dados, ele é em si próprio uma fonte. Na sua forma, na sua estrutura, na sua tipologia, elas mesmo inseridas na duração, e até no seu grau de desvio ou de normalidade relativamente aos documentos análogos, o *documento é monumento*”⁵⁸.

O alargamento do objeto da Diplomática a todos os documentos existentes em arquivo, independentemente da sua tipologia e cronologia, inclusive os produzidos atualmente, juntamente com o aparecimento do mundo digital, obrigou a uma reflexão mais profunda sobre a essência da própria ciência diplomática. Neste sentido, alguns autores, normalmente arquivistas, defenderam que muitos dos seus princípios devem ser adaptados à *contemporary archival science*. No nosso entender, confundem-se aqui Diplomática e Arquivística contemporânea. E nesta perspetiva, a Diplomática pode estar a correr o risco de se diluir, desta feita no seio da atualmente chamada Ciência da Informação. De facto, e a atentar no que Bruno Delmas dizia já em 1996, trabalhar com documentação contemporânea obriga a lidar com o incremento da administração e com as suas implicações a nível de complicação dos procedimentos administrativos e alargamento da dispersão documental. Por isso, e

⁵⁵ Sobre este sistema, *vd.* CASINI, Paola (2004). *ISAD(G): Syntesis or innovation in Archival Description Traditions?*. PhD Thesis in Archival Studies, University College London. Disponível em <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1446836/1/U602778.pdf>

⁵⁶ <https://www.icar-us.eu/en/cooperation/online-portals/monasterium-net/>

⁵⁷ SANZ FUENTES, M. Josefa (2005). “Diplomática actual: cuestiones de método”. In: MARSILLA DE PASCUAL, Francisco Reyes (coord.), *Actas de las III Jornadas de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas – Diplomática antigua, diplomática moderna*. Murcia: Universidad de Murcia, p. 35-44.

⁵⁸ GUYOTJEANNIN, Olivier. La Diplomatique Médiévale et l'Élargissement de son champ. *La Gazette des Archives*. Nova série, nº 12 (1er. Trimestre 1996), p. 14 da versão francesa.

segundo esta linha de pensamento, a análise da documentação deve orientar-se para a avaliação dos circuitos e da razão de ser e modo como são tomadas as decisões. Ou seja, estamos a falar de uma coisa importante, certamente, mas não de Diplomática...

Por outro lado, e como se disse, a Diplomática é frequentemente associada ao estudo dos documentos da época medieval. Se é pacífica, desde os anos 60, a ideia do alargamento do objeto da Diplomática a todos os documentos existentes em arquivo, já a ampliação da cronologia dos atos, para além da época moderna, levanta algumas questões aos diplomatas. De facto, os estudos que se têm vindo a realizar, bem como as propostas (de Congressos e de projetos organizados ou apoiados pela própria *Commission Internationale de la Diplomatie*) estendem-se até ao *Ancien Régime*. No que respeita a temáticas, estão em cima da mesa estudos sobre determinados tipos documentais, e sobre fórmulas diplomáticas, que ajudam a entender o funcionamento das instituições jurídicas que os produziram (por exemplo, a partir dos documentos judiciais e jurisdicionais perceber toda a organização judicial), bem como estudos sobre cada documento em si, desde a sua origem até ao modo como chegou até nós, ou mesmo sobre os cartórios em que se conservaram. Finalmente, aproveitando as facilidades que dão as novas tecnologias⁵⁹, não se deve esquecer a edição de coletâneas documentais, desde que englobem crítica diplomática e paleográfica. O facto de estar disponibilizada uma multiplicidade de imagens de documentos torna o trabalho do diplomata ainda mais importante e fundamental, pois sem ele, um utilizador do documento “mais desprevenido ou incauto” pode tirar conclusões erradas sobre a matéria que estuda.

Embora o método preconizado por Mabillon (a comparação de documentos entre si) mantenha a sua validade, é importante que a Diplomática continue a reformular os seus questionários, e a procurar outras formas de tornar os documentos em *monumentos* de história. Dito de outra forma, é necessário renovar a forma de estudar as partes do discurso diplomático, olhar mais para a validação em geral do que para a especificidade das suas configurações, ter em consideração o estudo da língua e do estilo, atentar no estudo da tradição documental, captar as condições de produção documental, etc. As novas tecnologias estão aí, e os diplomatas também as aproveitam. Elas fizeram, ou estão a fazer, a ponte entre a distância que separa o documento em si da sua edição impressa, pois é possível fazer a reprodução digital de ambos. Esta constatação obriga a repensar o trabalho especializado da Diplomática quando se tem à disposição ferramentas de consulta e utilização digital de materiais de arquivo. Cremos que os diplomatas estão atentos a esta transformação. Provam-no os vários projetos em curso. A evolução nesta área, como em outras, é extremamente rápida. Compete aos atuais diplomatas redesenhar a sua prática disciplinar. Mas

⁵⁹ As novas tecnologias permitem, por um lado, uma fácil acessibilidade a imagens (disponibilizadas online) e, por outro, processar enormes massas documentais. A estas duas possibilidades deve-se acrescentar uma nova conceptualização no que respeita à edição digital de documentos.

os novos meios de análise dos documentos, bem como os novos questionários, não podem fazer esquecer que a essência da Diplomática foi sempre, e continua a ser, obviamente, o *discrimen verum ac falsum*.

Referências

American Archivist, vol. 59 (Fall 1996).

ANSANI, Michele (2003). Diplomatica e nuove tecnologie. La tradizione disciplinare fra innovazione e nemesi digitale. *Scrineum Rivista*, 1 (2003), p. 175-196. Disponível em <http://www.serena.unina.it/index.php/scrineum/article/view/7791/8589> [consult. Em 10 jan 2022].

ARCHIVARIA, Vols. 28-33 (1989-1992).

BAUTIER, Robert-Henri (1961). Leçon d’ouverture du cours de diplomatie à l’École des chartes (20 octobre 1961). *Bibliothèque de l’École des Chartes*. Paris. tome 119. p. 194-225 (Republicado em Bautier, Robert-Henri (1990). Chartes, Sceaux et Chancelleries. Études de Diplomatie et de Sigillographie Médiévales. Vol. I. Paris : École des Chartes, p. 194-225).

BAUTIER, Robert-Henri (1984). “Propositions méthodologiques pour la Diplomatie du Bas Moyen Age et des débuts des temps modernes”. In Silagi, Gabriel (hgg.). Landesherrliche Kanzleien im Spätmittelalter. Referate zum VI. Internationalem Kongreß für Diplomatie, München, 1983. Munich, 1984, p. 49-59. (Republicado em Bautier, Robert-Henri – Chartes, Sceaux et Chancelleries. Études de Diplomatie et de Sigillographie Médiévales. Vol. I. Paris : École des Chartes, 1990, p. 35-45).

BOYLE, Leonard (1976). Diplomatics. In Powell, James M.(ed.). *Medieval Studies. An Introduction*. Syracuse University Press, p. 69-101.

BOÛARD, Alain de (1929-1948). *Manuel de diplomatie française et pontificale*. Paris: Éditions Auguste Picard, 2 vols.

BRESSLAU, Harry (1889, 1912-1931). *Handbuch der Urkundenlehre für Deutschland und Italien* (2 vols). Leipzig: Verlag von Veit.

CARUCCI, Paola (1987). *Il documento contemporaneo. Diplomatica e criteri di edizione*. Roma: Nova Italia Scientifica.

CASINI, Paola (2004). *ISAD(G): Syntesis or innovation in Archival Description Traditions?*. PhD Thesis in Arcjival Studies, University College London. Disponível em <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/1446836/1/U602778.pdf>

COELHO, Maria Helena da Cruz (2001). “A Diplomática em Portugal. Caminhos mais antigos e mais recentes”. In: Coelho, Maria Helena da Cruz [et al.] (eds.). *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, p. 13-40.

DELMAS, Bruno; BLOUIN, Francis (1996). Présentation. *La Gazette des Archives*. Nova série, nº 12 (1er. Trimestre), p. 9-11.

DURANTI, Luciana (1998). *Diplomatics: New Uses for an Old Science*. Laham, Md.: Scarecrow Press.

DURANTI, Luciana (2009). From Digital Diplomatics to Digital Records Forensics”. *Archivaria*, 68 (Fall), p. 39-66.

FICHTENAU, H. (1961). La situation actuelle des études de diplomatique en Autriche. *Bibliothèque de l'École des Chartes*. Paris. Tome 119, p. 17-20.

FICKER, Julius von (1877-1878). *Beiträge zum Urkundenlehre*, 2 vols. Innsbruck.

GHIGNOLI, Antonella (1991). La definizione dei principi e le metodologie diplomatistiche: innovazioni ed eredità. *Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università di Siena*, XII, p. 39-53. Disponível em <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/ghignoli.html>

GIRY, Arthur (1984). *Manuel de diplomatique*. Paris: Librairie Hachette, 2 vols.

GUYOTJEANNIN, Olivier (1996). La Diplomatique Médiévale et l'Élargissement de son champ. *La Gazette des Archives*. Nova série, n° 12 (1er. Trimestre), p. 12-18 (Publicado igualmente em The expansion of Diplomatics as a Discipline. *American Archivist*, vol. 59 (Fall), p. 414-421).

GUYOTJEANNIN, Olivier; PICKE, Jacques; TOCK, Benoit-Michel (1993). *Diplomatique Médiévale*. Turnhout: Brepols.

KÖLZER, Theo (2010). Diplomatics. In: Classen, Albrecht (ed.). *Handbook of Medieval Studies: Terms – methods – trends*. 1. Berlin: De Gruyter. p. 405-424.

LA GAZETTE DES ARCHIVES, Nouvelle Série, n° 172, I^{er} trimestre 1996. Disponível em www.persee.fr/issue/gazar_0016-5522_1996_num_172_1

LANGLOIS, Charles-Victor (1894). *Manuel de Diplomatie, par Arthur Giry*. In: *Bibliothèque de l'École des Chartes*, tome 55. p. 661-669. Disponível em www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1894_num_55_1_447795_t1_0661_0000_4.

NICOLAJ, Giovanna (1996). Sentieri di diplomacia. *Archivio Storico Italiano*, CXLIV, p. 305-331. Disponível em: <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/nicolaj.html>

NICOLAJ, Giovanna (2007). *Lezioni di Diplomatica Generale. I – Istituzioni*. Roma: Bulzoni Editore.

PAOLI, Cesare (1888-1890). Programma scolastico di paleografia latina e di diplomacia (3 vols). Florença: G.C. Sansoni (em edição mais recente: PAOLI, Cesare (1987). *Diplomatica. Nuova edizione aggiornata da G.C. Bascapè*. Firenze: Casa Editrice Le Lettere).

PETRUCCI, Armando (1963). Diplomatica vecchia e nuova. *Studi Medievale*, serie terza, IV, fasc.II, p. 785-798. Disponível em: <http://scrineum.unipv.it/biblioteca/petrucci.html>

PRATESI, Alessandro (1973). Diplomatica in crisi?. In: Miscellanea in memoria di Giorgio Cencetti, Torino. p. 443-455 (publicado posteriormente in PRATESI, Alessandro (1992) - *Tra carte e notai. Saggi di diplomacia dal 1951 al 1991*, Roma (Miscellanea della Società Romana di Storia Patria), XXXV, p. 83-95). Disponível em <http://www.scrineum.it/scrineum/biblioteca/pratesi.html>

SANZ FUENTES, M. Josefa (2005). Diplomática actual: cuestiones de método. In: MARSILLA DE PASCUAL, Francisco Reyes (coord.). *Actas de las III Jornadas de la Sociedad*

Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas – Diplomática antigua, Diplomática moderna, Murcia: Universidad de Murcia, p. 35-44.

SICKEL, Theodor von (1867). *Acta regum der Imperatorum Karolinorum digesta et enarrata*. 2 vols. Viena: C. Gerold.

VOCABULAIRE INTERNATIONALE DE LA DIPLOMATIQUE (1994). CARCEL ORTI, M^a Milagros (ed.). Valencia. Conselleria de Cultura ; Universita de Valencia.

VOGELER, Georg (2014). Digital Diplomatics: what could the computer change in the study of medieval documents? *Initial. A Review of Medieval Studies*, n. 2, p. 163–185.

WILLIAMS, Caroline (2005). Diplomatic attitudes: from Mabillon to metadata. *Journal of the Society of Archivists*, v. 26, n. 1, abril, p. 1-24.